Digitalizado pela Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
Disponível em http://www.etnolinguistica.org/index:edelweiss

FREDERICO G. EDELWEISS

ESTUDOS TUPIS E TUPI-GUARANIS

CONFRONTOS E REVISÕES

LIVRARIA BRASILIANA EDITÔRA
RIO DE JANEIRO
1969

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

X

O DIALETO NHEENGATU (1)

Os diversos capítulos dedicados aos *dialetos brasilianos* impõem a ilação de pertencerem os compêndios, que temos dessa fase do tupi, às décadas compreendidas entre 1680 e 1770.

O mais antigo, indubitàvelmente o catecismo "em língua irregular e vulgar", de Bettendorff, deve ser posterior a 1680, enquanto o códice 81, embora ostente a data de 1771, a mais recente da documentação brasiliana, é estranhamente, dentre todos, o de linguagem mais aconchegada ao mesmo catecismo. Trata-se no caso provàvelmente de uma recopilação heterogênea, com liberal aproveitamento de repositórios mais antigos do Setecentos.

O *Dpb*. já contava, pois, bom meio século, quando frei Veloso, no desconhecimento da verdadeira situação lingüística indígena, empreendeu a sua divulgação. As diferenças lexicais entre êste e a língua-geral falada em fins do século dezoito não deviam ser muito grandes, ao que nos é dado concluir por um exíguo registro feito, de 1819 e 1820, por Spix e Martius(2); mas, não devemos esquecer, que êsse vocabulário foi coordenado à vista do mesmo *Dpb*.

Bem mais pronunciadas deviam ser as alterações gramaticais e, assim, do ponto de vista prático alegado, a catequese, a publicação já foi um tanto extemporânea. Entretanto, por incrível pareça, foi o primeiro léxico tupi publicado até então e continuaria a ser o único de certo tomo, enquanto se não editasse o tal *Dicionário da Língua Tupi*, de Gonçalves Dias, em 1858. Isso explica a grande projeção do *Dpb*. ainda em nossos dias e serve de atenuante para as estranhas idéias, que, a respeito do léxico tupi original, passaram a predominar nos círculos tidos em boa conta na matéria.

(1) — Veja também o capítulo dedicado ao *Têrmo nheengatu*.
(2) — *Glossário de diversas línguas;* II. volume de pp. 7-11.

Excluindo, pois, a resumida lista vocabular de Spix e Martius, não temos nenhuma contribuição, que nos mostre o estado da língua-geral entre 1750 e meados do século 19, quando o nacionalismo romântico e a iniciativa de D. José Afonso de Morais Torres, bispo do Pará, provocaram novo surto do seu estudo e a criação da cátedra de Língua Indígena Geral, no Seminário do Pará(3).

Como primeiro fruto de maior projeção dêsse curso registremos o aparecimento, em 1853, do resumido *Vocabulário da Língua Indígena Geral*, composto pelo regente da Cadeira, o *pe. Manuel Justiniano de Seixas*. Foi a primeira publicação da terceira etapa na trajetória do tupi, a fase *nheengatu*.

No ano precedente, Gonçalves Dias já havia oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um repositório semelhante, que saiu publicado na sua Revista, em 1854(4). Era uma dádiva do bispo do Pará e fôra confeccionado no Alto-Amazonas. Gonçalves Dias não era versado, nem no tupi, nem no nheengatu, mas teve o cuidado de conferir a exatidão do vocabulário com diversos conhecedores e achou-o tão acurado, que só lhe pôde corrigir uns poucos erros de cópia.

Dos dois vocabulários tupis, que devemos a Gonçalves Dias, ao contrário do que geralmente se pensa, sòmente êste, um dos primeiros registros nheengatus, tem valor científico.

O outro, o já citado *Dicionário da Língua Tupi*(5), é uma mistura indiscriminada de tôdas as palavras tupis respigadas na gramática do pe. Figueira, no *Vpb*, no *Dpb*. e em diversos manuscritos, sem distinção de região ou tempo e acrescida de alentada série de êrros de cópia e impressão. Dêsses, Vale Cabral já profligou alguns devidos à utilização das mal cuidadas terceira e quarta edições da *Arte* do pe. Figueira(6). Muitos outros e a disparidade das fontes ainda falta estigmatizar.

Como vemos, o *Dicionário da Língua Tupi*, de 1858, pouco tem que ver com a fase nheengatu.

(3) — Mais exatamente com o decreto de 10 de outubro de 1851, que, no seminário do Pará, criou a Cadeira de Língua Indígena Geral e pela primeira aula proferida, a 19 de novembro do mesmo ano. (*Apud M. J. de Seixas — Vocabulário*, p. III.)
(4) — No tomo 17, pp. 553-576.
(5) — Editado na cidade de Lípsia, em 1858.
(6) — *Cabral, Alfredo do Vale —; Bibliografia* etc. Anais da Bibl. Nacional, vol. VIII. pp. 147-149. — A 3.ª edição da *Arte* do pe. Figueira foi publicada por frei Veloso, em Lisboa, no ano de 1795; a 4.ª saiu na Bahia, em 1851. Foi péssima a revisão de ambas. Ainda pior foi a reimpressão feita pelo Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, no vol. 73 da sua Revista, em 1948.

No mesmo ano saiu, ainda no Pará, o *Compêndio da Língua Brasílica*(6a). São apenas 28 páginas de noções gramaticais e nelas nem tudo é pròpriamente nheengatu; mais de um trecho lembra ensinamentos do pe. Figueira.

Em 1863 editou-se, finalmente, o livro de *Martius*, intitulado *Glossários de diversas línguas*, que estampa logo no início o referido vocabulário da língua-geral colhido no Amazonas. Não precisamos frisar, que já não correspondia exatamente às formas então usadas.

Influência salutar sôbre o conceito do dialeto nheengatu teria exercido *C. F. Hartt*, se vida tivesse para publicar os seus criteriosos estudos lingüísticos amazonenses, a partir de 1870(7). Infelizmente, com a sua morte prematura, nem mesmo a parte inicial impressa em Nova Iorque teve grande repercussão em nosso meio indianista e, assim, passaram pràticamente despercebidas na época as observações acautelatórias, como:

> "Mas a língua-geral do Amazonas não é o tupi dos antigos jesuítas" .....
> e: "as orações, hinos etc. dos jesuítas não são entendidos pelos índios amazônicos de hoje"(8).

A seguir, o passo mais importante para o estudo prático do nheengatu foi dado com a impressão, por ordem do Govêrno Imperial, do livro *O Selvagem*, de *Couto de Magalhães*, em 1876, seguido um ano depois pela gramática de *Pedro Luís Sympson*.

Novo avanço constituiu o aparecimento do *Poranduba Amazonense*, de Barbosa Rodrigues(9).

O valor dessa publicação foi grandemente realçado pelas suas traduções, uma justalinear e outra corrente. Entretanto, de merecimento muito relativo são os seus estudos lingüísticos, doutrinários e comparativos(10).

(6a) — *Faria, F.R.C. de* —. Era coronel reformado do exército.

(7) — Em 1872 saiu apenas a primeira parte: *Notes on the Lingua-Geral*. Só em 1938 apareceu o trabalho completo, em tradução portuguêsa, no vol. 51 dos Anais da Bibl. Nacional, pp. 303-390.

(8) — Anais da Bibl. Nacional; vol. 51, p. 308. Rio, 1938.

(9) — Anais da Bibl. Nacional; vol. 14, fasc. 2; Rio, 1890; 335 páginas.

(10) — *O Vocabulário indígena comparado; o vocabulário indígena, complemento da Poranduba Amazonense* e *A língua-geral do Amazonas* e o *guarani*, publicados respectivamente nos vols. 15 e 16 dos Anais da Bibl. Nacional, Rio 1892 e 1894 e no suplemento do vol. 51 da Rev. do Inst. Geogr. e Hist. Bras.; Rio, 1888.

Seguem-se diversas publicações nheengatus devidas a prelados ou missionários, marcando, após um intervalo de meio século, a recrudescência do movimento de incorporação religiosa da população amazônica marginal, através de uma língua familiar à maioria. É a retomada algo tardia do criterioso plano, que D. Morais Torres não conseguiu levar avante em 1850. São: o catecismo bilíngüe, nheengatu-português, de *D. Costa Aguiar*(11); o *Ensaio da língua-geral* do pe. *Parissier*(12); os *Elementos necessários para aprender o nheengatu*, de *D. Frederico Costa*(13) e a *Língua Tapïhïya*, do *pe. Constantino Tastevin*(14).

Tôdas essas publicações têm a sua utilidade específica para quem quiser recorrer ao nheengatu em seus estudos comparativos.

O texto nheengatu do catecismo de D. Aguiar é vazado em pitoresca linguagem rudimentar. O ensaio de Parissier é realmente ponderado nos conceitos prefaciais e notável pelo arranjo das suas lições, visando sobretudo à pronta familiarização com a língua falada. Os *Elementos*, de D. *Costa*, se compõem de alguns preceitos gramaticais, de quinze páginas de textos e do primeiro vocabulário nheengatu-português de certa extensão, publicado com o seu reverso, cuja falta era sentida de longa data.

Na mesma época, o missionário Constantino Tastevin, C. Sp.S. dedicava-se aos estudos nheengatus na região de Tefé e, em 1910, publicou o seu livro *A Língua Tapïhïya*(15) *chamada tupï ou ñeengatu*.

Começa a pecar logo no título, mas, a despeito de toda a ousadia de quem pensa estar tratando de uma genuína língua indígena e ser o dono máximo do assunto, é o melhor compêndio do tupi moderno, ainda que perigoso em muitos dos seus ensinamentos e apreciações.

Defende longamente os jesuítas da pecha de inventores da língua tupi, mas não o faz sem cobrar-lhes o tributo de a

---

(11) — *Christu Muhençaua — Doutrina Cristã;* Petrópolis, 1898.

(12) — *Essai de Língua-geral ou tupi;* Paris, 1903.

(13) — Apensos à *Carta Pastoral;* Fortaleza, 1909. pp. 155 e seguintes.

(14) — *La Langue Tapïhïya — Dite Tupï ou ñeengatu;* Viena, 1910.

(15) — Publicado em francês com o título de *La Langue Tapïhïya, Dite Tupï ou Ñeengatu* (= *Belle Langue*), na suposição ardorosamente defendida de serem *tupi* e *tapyyïa* (= *tapuia*) duas formas da mesma palavra.

terem deturpado. Diz Tastevin, que, para chegarem a êsse resultado,

> "foi-lhes preciso emendar cinco ou seis palavras ..... e a pobre língua. surgiu, dessa labuta, transformada, mascarada, desfigurada, irreconhecível, ilegível"(16);

que,

> " . . . . . (nem Anchieta, nem Figueira), a despeito da sua boa vontade, penetraram completamente o mecanismo do tupi, uma língua primitiva muito simples..."(17).

No que diz respeito a desfiguração do tupi pelos jesuitas, Tastevin não parece lembrar-se de que, não havendo o tupi sido escrito anteriormente, não se pode pròpriamente falar em transformações. Em línguas ágrafas os primeiros autores, guiando-se mais pelo ouvido, estão livres para emendar ou não as diferentes partículas com as palavras principais. Em alguns casos de sândi a junção é mesmo indispensável. E, quanto à composição das palavras, não diverge também o critério, mesmo nas línguas muito estudadas e policiadas como o inglês e o alemão?

Concernente à simplicidade do tupi, Tastevin evidentemente julga o tupi pelo nheengatu.

A sintaxe do tupi primitivo é muito estranha, comparada com a das línguas latinas e mesmo a morfologia tupi desconhece totalmente a "simplicidade", que o português e a heterogeneidade populacional da Amazônia imprimiram ao tupi no decurso de três séculos.

Tastevin conhecia mal a bibliografia tupi-guarani, e nunca estudou o tupi ou o guarani, ainda que recorresse principalmente a Montoya e Figueira para ocasionais confrontos. São justamente essas comparações que mostram, não a excelência do nheengatu, mas algumas das numerosas características do tupi antigo, que o nheengatu já não tem.

Tastevin não compreendeu os índices de classe, o pronome verbal(18), as partículas do optativo(19), a forma gerundial de certos verbos(20), o particípio passivo(20a) e tantas outras facêtas idiomáticas do tupi antigo.

(16) — Página 9.
(17) — Pp. 8-9.
(18) — P. 65. — Na trad. brasileira, p. 576, § 97.
(19) — P. 74, nota 3. — Na tradução brasileira, p. 581.
(20) — P. 80/81; p. 585 da trad. brasileira. — Nem sempre é formada por sufixo.
(20a) — P. 82/83; p. 585-86 na trad. brasileira. Por que Tastevin não cita o que diz Figueira? Naturalmente porque os ensinamentos muito claros da sua *Arte* não fornecem ensejos a seus espalhafatos de sabichão.

Nessas condições, como pôde êle inculpar Anchieta e Figueira de não terem penetrado completamente o mecanismo do tupi? Sòmente porque encaramos hoje certos fatos gramaticais de maneira diferente à da sua época? Pela apreciação superficial dos paradigmas da conjugação, como fazem tantos outros pseudo-entendidos?

Ainda neste particular Tastevin mostra a sua ignorância e a sua mania de tudo exagerar, quando, depois de afirmar que o tupi não tem tempos, nem modos, arremata:

> "Mas, quem procura acha; (os jesuítas) procuraram, e acharam todos os tempos: pretéritos, presentes e futuros; todos os modos, todos os particípios, gerúndios e supinos da língua latina"(21).

É com tais frases dúbias e audaciosas que Tastevin impressionou e começou fazendo adeptos, embora a verdade nua e crua seja muito outra.

O nosso sistema neolatino é, através do latim, uma adaptação à gramática clássica dos lógicos gregos, cujas leis básicas fôra defeso infringir em suas linhas gerais até ao nascimento da Lingüística Comparada em princípios do século dezenove.

Os jesuítas trilharam, pois, a única estrada lícita na época, compondo a gramática tupi, tanto quanto possível, dentro da terminologia clássica. Mas, se a disposição e os têrmos permanecem latinos, a idiomática tupi não foi atingida em seu cerne.

Não lhe inventaram, nem desinências de gênero ou pessoa, nem de número, como se tem afirmado. O principal objetivo dos gramáticos da língua tupi foi ensinar teòricamente a maneira correta e clara de trasladar qualquer enunciado latino ou português. Para serem compreendidos pelos padres ou irmãos, que vinham da Europa, usaram mui naturalmente a terminologia clássica, mas com exemplos colhidos na linguagem dos índios mais atilados.

Chamaram, assim, de *dativo* a construção que lhe corresponde no tupi; de *pretérito* a forma verbal que lhe traduz o alcance, e, de *superlativo* a maneira de aplicar ao nome adjetivo o grau mais alto. Entretanto, os tupinistas jesuítas ao introduzirem denominações gramaticais clássicas, não inventaram as construções tupis que lhes correspondiam. É estultícia supor que aos jesuítas pudesse ocorrer a idéia de anularem uma par-

(21) — P. 9. da ed. francêsa e p. 545, § 9 da ed. brasileira.

cela do seu esforço missioneiro, dificultando a mútua compreensão por atentados conscientes a uma língua, que tanto estudaram e cujo vocabulário tanto respeitaram na introdução de conceitos novos(22).

Salientemos, porém, que nem sempre foi possível coadunar as praxes tupis com os cânones clássicos. Nesses casos os jesuítas anotavam as divergências.

Que podemos afirmar de Anchieta e Figueira, ao darem uma forma única para todos os tempos do Indicativo, com exceção do futuro(23)? E, ainda de Anchieta, ao frisar êle(24) que essa forma única tem pròpriamente o sentido do pretérito perfeito? Que não penetraram o tupi?

E, quando restringem a conjugação tupi a dois paradigmas com pronomes pessoais diferentes, estarão por acaso latinizando o tupi? Ou poderá algum sabichão ver influência latina na distinção, a par do Conjuntivo, ainda do Optativo e sobretudo do Permissivo(25), de formação tão característicos no verdadeiro tupi? E, por que método se familiarizariam os mestres tupis jesuítas com os índices de classes, com a estranha forma verbal chamada relativa da terceira pessoa, com as diversas maneiras específicas de negar a ação verbal, senão através da íntima identificação com a língua tupi falada?

Mas tudo isso e muitas cousas mais escaparam à presunção de Tastevin, e, também de certos críticos, que dessa maneira cômoda procuram remir a sua ignorância.

Em resumo, a despeito dos seus cotejos, geralmente superficiais, Tastevin pouco entendia da estrutura do tupi clássico; e, foi pena, porque, sem o seu conhecimento, não é possível aquilatar o seu descendente espúrio.

O efeito dessa carência aparece principalmente nos capítulos do artigo(26), do pronome verbal(27) e da negação(28).

A grafia de Tastevin é em geral transparente, mas a indicação da sílaba tônica é defeituosa em ambas as edições, pre-

(22) — Aos raros lusismos contrapõem-se no *Vlb.* numerosas adaptações de têrmos tupis por sinédoque. Só no brasiliano os lusismos prolificam.

(23) — *Figueira* — *Arte;* pp. 19, 34 e paradigmas

(24) — *Arte;* fl. 21 e 21v.

(25) — O têrmo *Optativo* foi tirado do grego. No *Permissivo* e em outros pontos da conjugação Figueira diverge de Anchieta, só admitindo em determinado Modo uma única série de partículas.

(26) — Na edição francesa, p. 32; na brasileira, § 37.

(27) — Pp. 65/66 e § 97.

(28) — Pp. 84/85 e § 121.

judicando não apenas os vocabulários, mas ainda os textos da edição francesa, que na brasileira foram supressos(29).

Das duas edições da *"Gramática Tupi"*, de *Adaucto Fernandes*(30) preferimos não emitir opinião pormenorizada, que, forçosamente, haveria de ficar muito extensa. Certos vocábulos avulsos já dão que pensar(31); diversas das suas noções etimológicas e gramaticais do nheengatu são mais do que arriscadas(32) e a sua Americanística, torturada na I. edição através das suas "penosas investigações", desandou irremediàvelmente na II, transcendendo a tudo que a fantasia criou nestes últimos tempos(33).

Antônio Brandão do Amorim conviveu algum tempo com Barbosa Rodrigues e tomou gôsto pelas lendas indígenas. Coligiu farto material em nheengatu nas suas andanças que o levaram principalmente pela região do Rio Negro. São textos colhidos entre tribos de diversas famílias lingüísticas, que avolumam o interessante acervo legado por Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e C. Tastevin e servem para confrontos.

Sairam publicadas no volume 154 da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; Rio de Janeiro, 1928.

Logo a seguir, em 1929, o vol. 158 da mesma Revista traz um esboço gramatical, um vocabulário nheengatu-português e português-nheengatu, de Ermano Stradelli, seguidos de alguns textos nheengatus de vários autores.

As noções gramaticais são comedidas. Os vocabulários, os mais desenvolvidos que temos do nheengatu, não reproduzem apenas palavras ouvidas dos índios, pois nêles Stradelli procurou mostrar antes as grandes possibilidades de um dialeto tu-

(29) — Não foram observadas as normas indicadas na p. 23 da ed. francesa e no § 23 da ed. brasileira.

(30) — A I. edição é de Fortaleza, 1924; a II. do Rio de Janeiro, 1960.

(31) — Traz repetidamente *mucapiri* por *muçapiri,* I. ed. pp. 75, 85; II. ed. pp. 134, 140 e 247. — *Tuiracápe* por *tuyra sapé,* ou melhor *tuy(ra)rapé* — *caminho do sangue = veia,* perfilhando um êrro de impressão do vocabulário de Stradelli; II. ed. p. 124. — *Anhangá* por *anhanga;* ibidem. — Escreve *pacoa* — *banana* e *pacauahyua* — *bananal;* II. pp. 115 e 112. etc. etc.

(32) — *Ceará = se ará* — *minha ave;* II. ed. p. 124. *Tupã* — *Deus* tem feminino (!): *tupana* — *deusa;* etc. etc.

(33) — Veja a introdução.

pi-guarani para formar derivados e compostos. Os textos representam um complemento útil no meritório esfôrço de um civilizado desiludido do mundo.

Outro compêndio do dialeto nheengatu foi composto por *Protásio I. R. da Silva*(34). Nêle reune, sem maiores pretensões, as suas observações pessoais com algumas inocentes fantasias respigadas em escritos alheios.

É possível que ainda não seja o último, porque parece não ter fim a legião daqueles que imaginam ter no nheengatu a língua falada pelos nossos tupis quinhentistas.

(34) — *Tupi ou Nheengatu e Português;* Manaus, 1945.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú
http://biblio.etnolinguistica.org

XI

O TÊRMO "NHEENGATU"

As freqüentes repetições do têrmo *nheengatú* como denominação supostamente histórica do tupi colonial exigem de há muito uma análise retificadora(1). Êsse exame retrospectivo é tanto mais oportuno, quanto diversos expoentes universitários se têm feito arautos da erronia, que assim vai tomando foros a que não tem direito.

Até o notável cientista Pirajá da Silva escreve na sua reedição da *Notícia do Brasil,* de *Gabriel Soares de Sousa*:

> "Admira-se, mais uma vez, ...
> a precisão etimológica da língua brasílica, o *nheengatu*(1a).

No *Quarto Congresso Indigenista Interamericano,* outro grande estudioso de assuntos brasileiros repetiu o mesmo conceito:

> "..... ao sul ..... se difundia o *guarani,* enquanto to ao Norte e em grandes extensões do litoral se falava o *nheengatú,* uma "língua que é quase geral", como dizia o cronista Gabriel Soares de Sousa(2).

Nada menos verídico do que essas afirmativas. Não há uma única referência a essa denominação de *nheengatú* que seja anterior a 1850.(3)

Verdade é que os vocabulários jesuíticos do guarani e tupi antigos registram *nheengatú* com o sentido de *fala boa, falar bem,* mas não aplicam a expressão a dialeto algum.

(1) — Veja também o capítulo *O Dialeto Nheengatu.*
(1a) — Vol. II. p. 215, nota 7; p. 244, nota 1.
(2) — *Menezes, Prof. Djacir —; Herencia Idiomática Indígena en el Portugués del Brasil;* § II.
(3) — Leia-se a êsse respeito o que escreveu *Couto de Magalhães* no livro *O Selvagem,* p. XXXVIII.